

Estudantes conquistam reajuste nas bolsas em movimento de greve

Os estudantes bolsistas da Ufes paralisaram por três semanas suas atividades na universidade, sobretudo nos locais onde desempenham atividades administrativas, como reitoria, Pró-reitoria de Graduação (Prograd), biblioteca e Núcleo de Processamento de Dados (NPD). A greve foi deflagrada em Assembleia Geral organizada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) no dia 28/10, tendo como principais reivindicações o reajuste imediato no valor das bolsas para R\$ 510,00, melhores condições de trabalho e uma efetiva política de assistência estudantil. Após a realização de manifestações, o movimento grevista conquistou um reajuste no valor das bolsas, congelado desde 2005, além de outros pontos que estavam na pauta de reivindicação.

De acordo com o diretor de articulação do DCE, Raphael Sodré, um dos principais motivos para a deflagração da greve estudantil foi o fato de a universidade utilizar os bolsistas para executar trabalhos idênticos aos dos técnico-administrativos, mas com 4 horas de trabalho e no valor de R\$ 300,00. “Essa é uma forma da universidade economizar dinheiro com seu quadro de funcionários”, afirmou. O número de bolsistas na universidade gira em torno de 2000, sendo 1108 incluídos no Programa Integrado de Bolsas (PIB) e 608 vinculados ao Programa Institucional de Iniciação Científica. As bolsas PAD ocupam 525 estudantes.

“Somos cobrados como trabalhadores da Ufes, enquanto deveríamos fazer pesquisa e extensão”, afirmou o estudante Glauber Lopes. Além disso, os bolsistas não possuem nenhum tipo de segurança na atividade que desempenham. “Para continuar com a bolsa, muitos dependem de uma boa relação com o chefe ou professor coordenador”, relatou a bolsista Lídia Campos.

Tendo em vista essa situação, é que uma das pautas de reivindicação do movimento grevista foi a regulamentação das atividades de estágio na Ufes conforme a Lei de Estágio. “A lei de estágio garante férias remuneradas e está atrelada a alguns direitos trabalhistas. Não será qualquer desentendimento com o chefe que comprometerá a continuidade da bolsa”, explicou o representante estudantil no Conselho Universitário, Tales Torezani.

Na visão da integrante da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Ufes (Sintufes), Janine Teixeira Vieira, há um grande déficit de técnico-administrativos na Ufes, chegando a quase mil trabalhadores. “Ficamos muito tempo sem concurso público e houve a ampliação dos cursos pelo Reuni.

Como a contratação de pessoal não foi suficiente, essa defasagem é suprida pela mão de obra dos bolsistas”, explicou Janine. Ela exemplificou que na biblioteca de São Mateus trabalham apenas três técnicos.

Procura por bolsas revela insuficiência da política de assistência estudantil. A grande procura pelas bolsas PAD (administrativas) revela a insuficiência da política de assistência estudantil adotada pela universidade. “Pelos bolsos PAD, o estudante não desenvolve nenhuma atividade acadêmica, mas como precisa do auxílio financeiro, acaba realizando função administrativa”, afirmou Tales Torezani. Ele ressaltou que uma das principais reivindicações do movimento grevista foi a gradual substituição das bolsas PAD por bolsas de pesquisa e extensão, que vão ao encontro da formação acadêmica.

O reajuste no valor das bolsas também é de extrema importância para os estudantes. A reivindicação dos bolsistas foi de R\$ 510,00, pois o último reajuste foi feito de acordo com o salário mínimo da época. “O valor de R\$ 300,00 é muito baixo, pois temos que gastar com passe escolar e alimentação, já que ficamos o dia inteiro na Ufes”, explicou a bolsista Jeniffer Lubiana Campos. Na proposta apresentada pela reitoria, o valor das bolsas passou a ser de R\$ 360,00, o que foi considerado insuficiente.

Atualmente, a política de assistência estudantil na Ufes é desenvolvida pela Secretaria de Assuntos Comunitários (SAC) e pela Secretaria de Inclusão Social (SIS). Conforme a SAC, os projetos de assistência ginecológica, odontológica e psicológica aos estudantes totalizaram, respectivamente, 375, 319 e 260 atendimentos de janeiro a setembro de 2010. Em relação ao auxílio-alimentação, há 1438 estudantes que possuem desconto de 50% no valor da refeição servida no Restaurante Universitário e 171 estudantes com desconto de 100% nos campi de Goiabeiras, Alegre e Maruípe. Como não o RU de São Mateus ainda não foi concluído, 206 estudantes recebem um auxílio-alimentação de R\$ 3,75 por dia. Os critérios adotados para cadastramento nos programas de assistência estudantil incluem a renda familiar de até três salários mínimos ou meio salário mínimo de renda per capita, além da matrícula em, pelo menos, três disciplinas do curso de graduação. Não existe um número pré-determinado de estudantes que podem ser atendidos por esses programas, o que é feito conforme a demanda.

Os outros programas de assistência estudantil desenvolvidos pela SIS são os de



Assembleia de estudantes organiza atividades de greve.



Movimento de greve realiza manifestação na reitoria e consegue adesão de bolsistas.

auxílio moradia e de auxílio para material didático. Atualmente, 542 estudantes recebem o valor de R\$ 200,00 mensais para custear o aluguel e todos os 1746 estudantes cadastrados na SIS recebem o auxílio semestral para material didático, cujo valor varia conforme cada curso. Na avaliação do Secretário de Inclusão Social, Antônio Carlos Moraes, a política de assistência estudantil da Ufes ainda não é suficiente, pois é trabalhada de modo muito isolado. “É preciso que haja mais participação dos cursos para apresentar as demandas dos estudantes”, explicou Antônio Carlos.

Na visão do Secretário Geral da Adufes, Ricardo Behr, para que os estudantes possam estudar com afinco e ter um aprendizado de qualidade, é preciso uma política eficaz de permanência na universidade, que permita que eles não tenham a preocupação de resolver questões básicas de sobrevivência, como alimentação, moradia e transporte, o que não é a realidade da Ufes. “A moradia estudantil com número de vagas suficientes em todos os campi e aumento na quantidade e no valor das bolsas de monitoria e pesquisa são questões essenciais para os estudantes, pois fornecem condições para o desenvolvimento da formação acadé-

mica”, defendeu Ricardo. Ele ainda ressaltou que não é por meio de bolsas para execução de tarefas administrativas que se resolvem os problemas de assistência estudantil. “No próximo ano, haverá eleições para reitoria e precisamos avançar nesse debate”, afirmou.

Vitórias do movimento grevista. Além do aumento no valor das bolsas PIB para R\$ 360,00, sem redução na quantidade das mesmas, a reitoria acatou a reivindicação dos estudantes de extinção das bolsas PAD em 2011, com a consequente transferência do mesmo quantitativo para bolsas PIB, PIBEX e PIBIC/Ufes. Essa proposta já foi encaminhada à Comissão Especial que trata do assunto no Conselho Universitário. Outra medida acatada pela Administração Central foi a liberação dos estudantes bolsistas para a participação em eventos, bem como a criação de uma comissão que regulamente o estágio na universidade.

Na avaliação de Raphael Sodré, a greve foi vitoriosa. “A paralisação acabou, mas o movimento irá continuar, pois vamos acompanhar a votação das propostas apresentadas pela reitoria no Conselho Universitário”, explicou. Ele disse que o reajuste no valor das bolsas foi insuficiente e novas movimentações devem acontecer.

Adufes promove curso de formação sindical

Observatório do Reuni visita o Centro de Artes

Conselho de representantes realiza reunião

Debate sobre papel da universidade revela disputas pelos rumos do ensino superior no país

No dia 05/11, foi realizado o debate “O papel da universidade na sociedade contemporânea e sua relação com as lutas sociais no campo e na cidade”, que contou com a participação do professor Antônio Libório Philomena, da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG) e do professor do departamento de Engenharia Elétrica da Ufes, Edson Cardoso. A iniciativa partiu do Grupo de Trabalho (GT) de Políticas Agrárias e Meio Ambiente da Adufes.

Durante a atividade, foram discutidas as concepções de universidade que orientam a atuação do ensino superior na atualidade. Na visão do professor Edson Cardoso, a concepção que vigora atualmente é a de universidade operacional, que é avaliada por índices de produtividade. Entre as principais características desse modelo estão o aumento de horas/aula, a diminuição de tempo para mestros e doutorados e a avaliação pela quantidade de publicações.

A perda da autonomia no modelo de universidade operacional foi exemplificada pelo professor Antônio Libório Philomena em relação às pesquisas na FURG, onde desenvolveu sua carreira docente. “A maioria das pesquisas são financiadas por empresas privadas, que possuem interesses particulares e não sociais, como a Votorantim, uma das principais empresas de papel e celulose do Rio Grande do Sul”, afirmou Philomena.

Andes-SN defende outro modelo de universidade. A outra concepção de universidade que tem sido defendida historicamente pelo Andes-SN é a que se baseia no ensino público, gratuito e de qualidade

para todos; na autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial; na liberdade interna e de organização e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse modelo de universidade possibilitaria uma mudança de rumos no ensino superior brasileiro.

De acordo com Edson Cardoso, a universidade pública deve assegurar uma produção de conhecimento inovador e crítico, que respeite a diversidade e o pluralismo e não simplesmente preencha uma função de reprodução de estruturas, relações e valores. “Um dos principais desafios para a década de 2010 é o combate ao modelo de universidade operacional, que se sustenta, principalmente, pelas Parcerias Público-Privadas (PPP’s)”, defendeu Edson.

Movimentos sociais e projetos de extensão discutem ações conjuntas para atuação na universidade. Além do debate sobre o papel da universidade e sua relação com as lutas sociais, o GT de Políticas Agrárias e Meio Ambiente realizou um encontro entre projetos de extensão que atuam junto a movimentos e grupos sociais. O objetivo do espaço foi iniciar um processo de desenvolvimento de ações comuns e articuladas da universidade na sociedade capixaba.

Na avaliação do integrante do GT de Políticas Agrárias e Meio Ambiente, Paulo Scarim, o encontro atendeu às expectativas, uma vez que conseguiu abrir o debate sobre o papel da universidade na transformação da sociedade e também da própria universidade. “Conseguimos reunir vários grupos, coletivos e projetos da UFES que tentam buscar caminhos para sair da lógica da universidade operacional”, destacou Scarim.



O papel de crítica e reflexão da universidade é destacado no debate.



Projetos e grupos de extensão socializam experiências de atuação da universidade na sociedade.

Grupo de Trabalho de Políticas Agrárias e Meio Ambiente

Ações desenvolvidas em 2010:

- Realização do debate “O papel da universidade na sociedade contemporânea e sua relação com as lutas sociais no campo e na cidade”.
- Reunião dos coletivos e projetos universitários que realizam ações com a sociedade.

Futuras atividades:

- Novos encontros entre os grupos e coletivos que atuam nas comunidades.

- Realização de um seminário amplo entre os grupos da universidade e as organizações sociais do campo e da cidade, previsto para o início do próximo ano.

Integrantes do GT: Paulo Scarim (Geografia) e Odiléa Dessaune (Aposentada)
Para integrar o GT: Qualquer docente com interesse em discutir a temática pode se integrar ao GT. Para isso, basta procurar a Adufes, que irá informar sobre as reuniões e atividades.

Adufes realizou curso de formação política “Trabalho e Questão Social”

Entre os dias 25 e 28 de outubro, o Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical (GTPF) da Adufes, em parceria com o Núcleo de Estudos sobre Trabalho (NET/UFES), realizou o curso de Formação Política “Trabalho e Questão Social”, que foi ministrado pela professora Dr^a Maria Augusta Tavares, do departamento de Serviço Social da UFPB. O objetivo do curso foi discutir as principais mudanças no mundo do trabalho e os desafios da organização sindical no século XXI. Participaram cerca de 60 pessoas, incluindo professores,

Foto: Comunicação Adufes



Curso de formação sindical debate atualidade do trabalho

pesquisadores do tema e estudantes.

A palestra “Trabalho na contemporaneidade: uma reflexão sobre a atividade docente”, que aconteceu no dia 27/10, na sede da Adufes, também fez parte da atividade de formação sindical e foi aberta à comunidade acadêmica. Na ocasião, a professora Maria Augusta Tavares situou a educação no universo do pensamento liberal e analisou a relação da educação com o produtivismo acadêmico. Para ela, o recente processo de intensificação do trabalho docente são frutos da mercantilização do saber. “Se antes éramos pagos para pensar, agora somos pagos para produzir”, afirmou.

As mudanças no mundo do trabalho também foram avaliadas no movimento sindical docente. “Durante algum tempo, os servidores públicos, sobretudo os professores, tiveram a ilusão de estarem imunes às determinações do capital”, explicou Maria Augusta. Ela frisou, no entanto, que nenhuma categoria está alheia a esse processo e que os docentes precisam compreender sua realidade de trabalho na

atualidade para agir sobre ela. “Aprofundar os conhecimentos a respeito da nossa categoria é essencial para que nossa luta não seja interpretada como uma tentativa de garantir privilégios em relação aos outros trabalhadores por exercermos uma atividade intelectual”, salientou.

Avaliação da atividade de formação. Para a professora coordenadora do NET/UFES, Maria Madalena Sartim, os objetivos do curso de formação sindical foram cumpridos. “Foi um espaço necessário para reflexão sobre o processo trabalho em nossa sociedade, além de mais uma oportunidade para o diálogo com quem vive a intensificação do trabalho, o adoecimento e o ideário da produtividade acadêmica no cotidiano”, avaliou.

“Essa discussão tem que sair dos muros da universidade, ganhar as ruas e ser feita onde estiverem os trabalhadores”, defendeu a estudante do curso de Serviço Social, Nayara Bernades. Ela afirmou que atividade foi uma experiência muito rica, pois possibilitou que o trabalho fosse pensado num

contexto de classes sociais.

Segundo o representante do GTPF, Josemar Machado de Oliveira, a atividade de formação sindical foi importante porque discutiu as relações de trabalho e contribuiu para refletir sobre o processo de mobilização sindical. “A classe trabalhadora está fragmentada e nós, docentes, devemos nos organizar de maneira autônoma, para que não fiquemos mais vulneráveis”, destacou Josemar.

Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical

Ações desenvolvidas em 2010

- Curso de Formação Sindical do Andes-SN. Vitória, ES. (23 a 25/04)
- Curso de Formação Política Trabalho e Questão Social (25 a 28/10)

Integrantes do GT: Josemar Machado (História), Valter Pires (História), Francisco Mauri (Educação Física) e Ricardo Behr (Administração).

Para integrar o GT: Procure a Adufes e informe-se sobre as atividades.



Contratação de novos professores e técnico-administrativos é insuficiente no Centro de Artes

O Centro de Artes aderiu ao Reuni em 2008 e ampliou, em 2010, seu quadro discente na graduação, criando três novas modalidades de cursos: o bacharelado em Trilha Sonora, no curso de Música; a licenciatura em Artes Visuais; e a habilitação em Audiovisual no curso de Comunicação Social, com 30 vagas cada e funcionamento noturno. Entretanto, conforme informações dos chefes de departamentos dos cursos, o número de contratações de professores e de técnico-administrativos não será suficiente para atender à demanda gerada pela ampliação das vagas.

De acordo com o chefe do departamento de Artes Visuais, João Wesley, a relação quantitativa entre professores e alunos comprometerá a qualidade do ensino nos próximos períodos. “As contratações previstas são insuficientes se pensarmos no curso após o 4º período. Esse fato levará à precarização do trabalho docente e à redução da qualidade do ensino, além de impossibilitar o desenvolvimento da pesquisa, produção bibliográfica, orientações e atividades de extensão”, afirmou. Ele ainda destacou que o departamento do curso tem discutido essa futura problemática, mas ainda não conseguiu encontrar uma maneira de evitá-la. Até o momento, foram contratados 3 professores no curso de Artes Visuais e a previsão é de que mais 3 sejam contratados.

A preocupação com a insuficiência de professores não é exclusiva do curso de Artes Visuais, sendo também levantada pelo coordenador do curso de Música, Fabiano Araújo. “A quantidade de docentes prevista pelo Reuni nesses 5 anos é insuficiente pela gama de atividades que os professores acabam assumindo, relacionadas não só à docência de sala de aula, mas também à pesquisa, extensão e também à parte administrativa”, frisou Araújo. Uma maneira de suprir esse déficit de professores, que é anterior ao Reuni, mas foi reforçada por ele, são as contratações temporárias. “Essa é uma forma de garantir o tripé do ensino, pesquisa e extensão na universidade”, afirmou.

Para o presidente da Adufes, José Antonio da Rocha Pinto, as vagas nas universidades foram ampliadas e alguns professores e técnicos foram contratados pelo Reuni, mas não foi suficiente para repor o déficit histórico no quadro funcional das universidades. “O banco de profes-

res equivalentes, com contratação de 20 horas, e até mesmo a contratação de professores substitutos, são as alternativas de ampliação do quadro docente”, explicou Rocha. Ele reiterou que essa modalidade de contratação vai de encontro à qualidade do ensino, pois a preocupação com a escolha de um professor com dedicação exclusiva e doutorado não se coloca nessa situação.

Para a aluna do curso de Artes Visuais do turno matutino, Midiã Fraga, o Reuni promove muitas mudanças nos cursos e nos centros que aderem ao programa. “A mudança no perfil do docente afetará enormemente a capacidade de desenvolvimento de pesquisa nas universidades federais, o que implicará perdas para os alunos e também para toda a sociedade”, criticou Midiã.

Laboratórios são ocupados por monitores. A contratação de técnico-administrativos também foi pequena no Centro de Artes. “Precisamos de profissionais para os laboratórios, pois até agora tivemos poucas contratações no nosso departamento”, afirmou o chefe de departamento do curso de Comunicação Social, Cleber Carminati. Ele reiterou que o bom desempenho do curso depende do funcionamento dos laboratórios, que não pode funcionar apenas com estudantes monitores.

De acordo com o técnico audiovisual do Centro de Artes, Ramon Zagoto, o atual laboratório de vídeo conta com 3 técnicos, sendo um deles contratado pelo Reuni, e mais 6 estudantes atuando como monitores. Ele relatou que o maior problema está nos demais laboratórios, o de fotografia e o de áudio, que não contam com técnicos, apenas com monitores. “Muitas vezes, preciso deixar minha função para ajudar os alunos nesses outros laboratórios”, informou. Além disso, existe demanda por trabalhadores no setor de empréstimos e no almoxarifado.

Recursos do Reuni não contemplam reformas dos prédios. De acordo com os recursos para obras de reforma e novas construções no Centro de Artes, foram planejados um auditório, que será usado por todos os cursos do centro e um novo prédio administrativo. O atual passará a ser utilizado para aulas. Além disso, foram feitas pequenas alterações na estrutura física do centro, como instalação de divisórias em algumas salas, bem como a realização da compra de



Auditório do Centro de Artes será construído com recursos do Reuni



Déficit de técnicos amplia número de estudantes monitores em laboratórios.

equipamentos.

Para o professor do curso de arquitetura, Marco Romanelli, as mudanças nos prédios do Cemuni foram insuficientes. “Os problemas estruturais são anteriores ao Reuni e os espaços não passaram por nenhum tipo de conservação pela universidade ao longo do tempo. É preciso que haja um reparo com urgência nas dependências físicas”, defendeu Romanelli.

O sucateamento dos prédios do Centro de Artes também foi destacado pelo estudante de Arquitetura, Pedro Moreira. “Não sei se a estrutura atual dos prédios tem condições de receber mais 90 alunos, pois os reparos que foram realizados são ínfimos”, afirmou. Ele espera que as novas construções passem por constantes manutenções, caso contrário, em poucos anos estarão como os demais espaços do centro, debilitados”, frisou.

Segurança no Centro de Artes é foco de preocupação. Após o primeiro período letivo dos novos cursos, a segurança no Centro de Artes mostrou-se deficitária. Para a estudante de Letras, Adriana Gomes, que frequenta o centro, os espaços do

Cemuni estão entre os mais escuros da Ufes. “Depois das 19 horas, tenho medo de sair sozinha, por isso sempre espero um amigo para ir ao ponto de ônibus”, destacou a estudante.

Em relação a essa questão, a diretora do Centro de Artes, Cristina Engel de Alvarez, destacou que, de 2009 a 2010, o Centro de Artes recebeu um reforço na equipe de segurança. “A iluminação foi melhorada e a prefeitura universitária já aumentou o número de seguranças, que além de estarem presentes nos horários matutino e vespertino, agora também estão no noturno”, esclareceu.

Para o aluno de arquitetura, Pedro Moreira, embora tenham ocorrido melhorias na segurança do Cemuni, as atuais condições do centro ainda geram preocupações, uma vez que a modalidade dos novos cursos são à noite. “A iluminação é ainda muito deficiente e faltam aparelhos de segurança para comportar equipamentos, por exemplo”. Ele ressaltou que o Centro Acadêmico de Arquitetura está produzindo um dossiê sobre a precariedade do centro, o qual será entregue à direção do Centro de Artes.

Conselho de representantes realiza reunião na Adufes

No dia 10/11, ocorreu a primeira reunião do Conselho de Representantes da Adufes, na sede do sindicato. Na ocasião, foram definidos os Secretários do Conselho, sendo o professor Rodrigo Loureiro Medeiros, representante do Ceunes, o 1º Secretário e o professor Josemar Machado, do CCHN, o 2º Secretário.

Além disso, foram discutidas as atribuições do Conselho de Representantes e os principais temas que precisam ser discutidos atualmente na universidade. “O papel do Conselho de Representantes é ajudar na discussão e na mobilização dos professores nos centros e departa-

mentos. Atualmente, as mudanças na carreira e o controle de frequência são as temáticas que merecem grande debate”, explicou o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto.

Para o representante do CCHN, Josemar Machado, a participação dos conselheiros na Adufes é fundamental, pois contribui para uma visão cotidiana das questões que ocorrem na universidade. “O Conselho assessoria a diretoria do sindicato sobre diversos assuntos e ajuda na construção da política da entidade”, reiterou Josemar.

A próxima reunião do Conselho será realizada no mês de dezembro.



Conselheiros da Adufes discutem como ampliar o debate de carreira docente nos centros e departamentos.

Maestro Zezinho anima Ponto de Encontro especial para a terceira idade

Seresta, carteadado, dominó, totó, sinuca marcaram a última edição do Ponto de Encontro, ocorrida no dia 05/11. Ao som de Maestro Zezinho, os professores divertiram-se com a boa música e os jogos.

Para o professor aposentado Reginaldo Vello Loureiro, que participou pela primeira vez do Ponto de Encontro, o evento foi muito bem organizado e contou com um repertório diversificado, com músicas de todas as épocas que agradaram a todos. “Para os professores aposen-

tados, que ficam muito distantes do local onde trabalharam boa parte da vida, o Ponto de Encontro é um momento gratificante de reencontro com outros colegas aposentados e com os professores da ativa”, disse Reginaldo. Além de recomendar que outros colegas participem, ele sugeriu que fossem realizados campeonatos de dama e xadrez durante a atividade. A próxima edição do Ponto de Encontro ocorrerá no dia 10 de dezembro e será especial de final de ano.

Foto: Comunicação Adufes



Professores aposentados divertem-se no Ponto de Encontro.

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.

ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.ES
CEP 29075-910

Fone: 27. 3335.2717 Fax:27. 3227.3908
www.adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente

vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral

Temístocles de Sousa Luz
1º tesoureiro

Ricardo Roberto Behr
secretário geral

Mariane Lima de Souza
1ª secretária

Valter Pires Siqueira
1ª suplente

Edinete Maria Rosa
2ª suplente

3ª suplente

Bernardete Gomes Mian
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:

Giselle Pereira (Mtb 2644)
Luciana Silvestre (Mtb 2210)

Estagiário de Design Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 3.000 exemplares

NOTÍCIAS DO JURÍDICO

Pagamento do adicional de insalubridade

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região manteve sentença proferida pela Justiça capixaba quanto ao pagamento do adicional de insalubridade. A UFES interpôs Agravo para modificar a decisão quanto à retroatividade do pagamento, no processo de número 2000.50.01.005125-5, pois entendia que tais benefícios só eram devidos após a data de conclusão do laudo pericial. O Desembargador Federal Fernando Marques, entretanto, decidiu com base nos artigos 11 e 196 da CLT que “o adicional de insalubridade é devido desde o momento em que exercida a atividade laboral em condições insalubres, isto é, desde o início das atividades do servidor sob tais condições. O laudo pericial é indispensável para reconhecimento das condições insalubres, mas não para servir de marco para o início de pagamento do respectivo adicional, que é devido desde o momento em que o servidor passou a traba-

lhar nessas condições”, afastando dessa maneira o argumento trazido pela UFES, que terá de ressarcir o benefício aos docentes autores da ação desde o início de suas atividades.

Aplicabilidade das decisões a novos casos. Os docentes filiados à Adufes que também trabalham em condições adversas e não recebem os adicionais de insalubridade e periculosidade devem procurar a Assessoria Jurídica, com sede no campus de Goiabeiras, para que o caso seja estudado e analisado. Dessa forma, será viabilizado o ingresso judicial para demandar da Ufes o devido pagamento desses benefícios previstos na forma da Lei. As ações propostas vêm sido julgadas procedentes, com deferimento do pagamento retroativo desde a data de ingresso como Servidor Público. O alerta vale principalmente para os docentes recém-associados e aqueles que atuam nos campus de São Mateus e Alegre.